

A **Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO)** ajuda os Estados-membros a melhorarem as práticas agrícolas, florestais e associadas à pesca, a assegurarem uma boa alimentação para todos e a promoverem o desenvolvimento rural no sentido de alcançarem segurança alimentar e redução da pobreza.

A FAO reconhece que as causas do trabalho infantil na agricultura estão enraizadas na pobreza e que se se gerarem fontes alternativas de rendimento para os agregados rurais é possível reduzir a necessidade das crianças trabalharem. Isto pode ser atingido através da diversificação de meios de subsistência, do desenvolvimento empresarial e dos negócios agrícolas, da melhoria do acesso à terra e de outras vantagens para os sem terra, de programas geradores de emprego, do aumento da produtividade laboral e dos salários, e de um reforço da participação dos pequenos (as) proprietários (as) e trabalhadores (as) na economia de mercado.

O **Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (IFAD)** é uma instituição financeira internacional e uma agência especializada das Nações Unidas dedicada à erradicação da pobreza e da fome em áreas rurais de países em desenvolvimento. Através de empréstimos com taxas de juro baixas e de subsídios, o IFAD desenvolve e financia programas que se enquadrem nos sistemas nacionais e respondam às necessidades, prioridades e constrangimentos identificados pelas próprias populações rurais.

O trabalho infantil faz parte do mandato do IFAD porque é ao mesmo tempo causa e resultado da pobreza rural e está directa e indirectamente ligado ao programa de trabalho do IFAD de várias formas:

- Redução da pobreza: o IFAD trabalha no sentido de melhorar o acesso aos recursos que ajudem a quebrar o ciclo de pobreza rural.
- Promoção do acesso ao mercado e geração de rendimento para os (as) trabalhadores (as): com o aumento de rendimentos, os agregados agrícolas necessitarão menos de rendimentos suplementares oriundos do trabalho infantil.
- Educação: com o aumento dos rendimentos, as famílias mais pobres terão mais possibilidades de suportar os custos com a educação e de, portanto, enviar os seus filhos e filhas para a escola.
- Melhoria da produção agrícola: valorizando a produção apoiada na inovação e na tecnologia, diminuindo a necessidade de mão-de-obra infantil para em trabalhos perigosos e pouco qualificados.
- Diálogo político aos níveis nacional, regional e global: o trabalho infantil diminuirá em função da atenção e recursos dedicados ao desenvolvimento rural.

- Parcerias com organizações rurais: trabalhando através de estreitas consultas com as organizações de trabalhadores (as) e populações indígenas e tribais, e outros grupos em áreas rurais, diminui-se o risco de crianças, oriundas de famílias rurais vulneráveis, virem a trabalhar.

O **Grupo Consultivo para a Investigação Agrícola Internacional (CGIAR)** é uma aliança estratégica de países, organizações regionais e internacionais e fundações privadas, que apoiam 15 centros agrícolas internacionais. Estes trabalham com sistemas nacionais de investigação agrícola e organizações da sociedade civil, incluindo o sector privado. A aliança mobiliza a ciência agrícola para a redução da pobreza, geração de bem-estar, promoção do crescimento agrícola e protecção do ambiente.

Como a maioria do trabalho dos centros do CGIAR está relacionado com os sectores agrícola e rural dos países em desenvolvimento, o trabalho infantil acaba por ser um tema pertinente na sua missão. O Instituto de Investigação Internacional de Política Alimentar (IFPRI) e os outros centros CGIAR estão comprometidos em actividades de investigação para melhor compreender o problema e encontrar soluções sustentáveis, tais como:

- Levantamento das causas do trabalho infantil em áreas rurais e sua extensão;
- Análise das implicações do trabalho infantil na frequência escolar em meio rural e o seu papel na transferência da pobreza para as gerações seguintes;
- Estudo das opções políticas capazes de reduzir a incidência e extensão do trabalho infantil nas zonas rurais;
- Investigação de tecnologias agrícolas que atenuem o envolvimento manual das famílias na produção anual, reduzindo a pressão sobre o trabalho infantil.

O objectivo da **Organização Internacional do Trabalho** é a progressiva eliminação do trabalho infantil, reforçando as capacidades nacionais na abordagem dos problemas associados ao trabalho infantil e criando um movimento mundial para o combater. A meta prioritária é a eliminação das piores formas de trabalho infantil, de acordo com a Convenção da OIT No. 182, que inclui o trabalho perigoso, a exploração sexual comercial, o tráfico de crianças e outras formas análogas à escravidão, entre outros.

A OIT procura posicionar estrategicamente a eliminação do trabalho infantil ao nível macro do desenvolvimento sócio-económico e das estratégias de redução da pobreza dos seus Estados-membros, de forma a encorajar a sua transversalização e integração temática. Assim, a OIT – através do **Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil (IPEC)** – enfatiza a necessidade de aferir e monitorizar a extensão e

natureza do problema, de reforçar as capacidades institucionais e de disponibilizar assistência para o desenvolvimento e implementação de políticas nacionais.

Dada a sua experiência, é hoje claro para o IPEC que os pais e famílias, com alternativas viáveis, preferem manter suas filhas e seus filhos fora do trabalho. Por isso, as estratégias da OIT colocam uma crescente ênfase na redução da pobreza, assim como na expansão e melhoria dos mecanismos institucionais de educação e aplicação da lei, entre outras áreas de trabalho. Assim, o trabalho do IPEC encaixa-se e apoia vários formatos de desenvolvimento, tais como os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, as Estratégias de Redução da Pobreza e a Iniciativa Educação para Todos.

A **Federação Internacional dos Produtores Agrícolas (IFAP)** é uma organização mundial de agricultores (as) que, actualmente, representa mais de 600 milhões de famílias agrícolas, e conta com 115 organizações agrícolas nacionais, como membros, em oitenta países espalhados pelo mundo. A missão da IFAP é desenvolver a capacidade de influência dos (as) agricultores (as) nas decisões que os (as) afectam quer ao nível doméstico, quer ao nível internacional.

Para a IFAP, as causas do trabalho infantil estão enraizadas nos sistemas de subsistência das áreas rurais. O trabalho infantil quase podia ser descrito em função de como se negligencia a agricultura, junto de outros factores como, por exemplo, a fome e a ausência de educação.

Para a IFAP, a chave necessária está no auxílio às famílias agrícolas para as retirar da armadilha da pobreza, melhorando os seus rendimentos, o seu acesso ao Mercado e construindo infra-estruturas rurais. Isto impulsionará o papel das famílias agrícolas no combate ao trabalho infantil e na promoção de aceitáveis tipos de trabalho agrícola.

A menos que os pobres se organizem, eles continuarão politicamente sem poder e economicamente em desvantagem. Assim, para a IFAP, uma luta bem sucedida contra a fome e a pobreza exige parcerias bem organizadas com quem se possa trabalhar. As organizações de agricultores podem desempenhar um papel crucial no desenvolvimento rural em parceria com os governos.

A **União Internacional das Associações dos trabalhadores na Alimentação, Agricultura, Hotelaria, Restauração, Catering, Tabaco e similares (IUF)** é uma federação global de sindicatos com 363 organizações filiadas, representando 12 milhões de trabalhadores (as) em 128 países. Os seus membros estão engajados na agricultura, na preparação e manufactura de comida e bebida, em hotéis, em restaurantes e em serviços de catering, e em todas as fases do processamento do tabaco.

No seu trabalho na agricultura, a IUF lida especificamente com o cultivo, principalmente, de bananas, cacau, café, flores, açúcar e chá. Questões relacionadas com a saúde e segurança no trabalho, o emprego rural e a igualdade são transversais à sua actividade. A IUF também trabalha nas áreas dos direitos sindicais, eliminação do trabalho infantil, VIH/SIDA (HIV/AIDS) e migrações.

Para a IUF, o direito à alimentação – um direito humano fundamental diariamente violado pela persistência de fome maciça – é inseparável dos direitos daqueles que mundialmente produzem o que se come. Os (as) trabalhadores (as) agrícolas – a mais numerosa força de trabalho a nível mundial – vivem normalmente na pobreza e são frequentemente excluídos dos sistemas de segurança social e de outros direitos legais que abrangem outras categorias de trabalhadores (as). A IUF acredita que a pobreza adulta é a maior causa de trabalho infantil e que a chave para a sua eliminação passa por melhorar as condições de vida e de trabalho dos (as) trabalhadores (as) adultos na agricultura. Enquanto federação global, representando trabalhadores (as) ao longo de toda a cadeia de alimentação, a IUF tem sido capaz de influenciar as maiores companhias transnacionais, nos sectores da comida e tabaco, a adoptar padrões ao longo da cadeia de alimentação, incluindo a eliminação do trabalho infantil na agricultura.

Um dos serviços prestados pela IUF aos seus membros passa pela assistência prática e apoio através dos seus programas de desenvolvimento sindical. Estes programas lidam com diversos temas incluindo a segurança e saúde no trabalho, campanhas para a ratificação e implementação das Convenções 182 (piores formas de trabalho infantil) e 184 (saúde e segurança na agricultura), igualdade, negociação colectiva e promoção da agenda da OIT sobre trabalho digno/ decente.

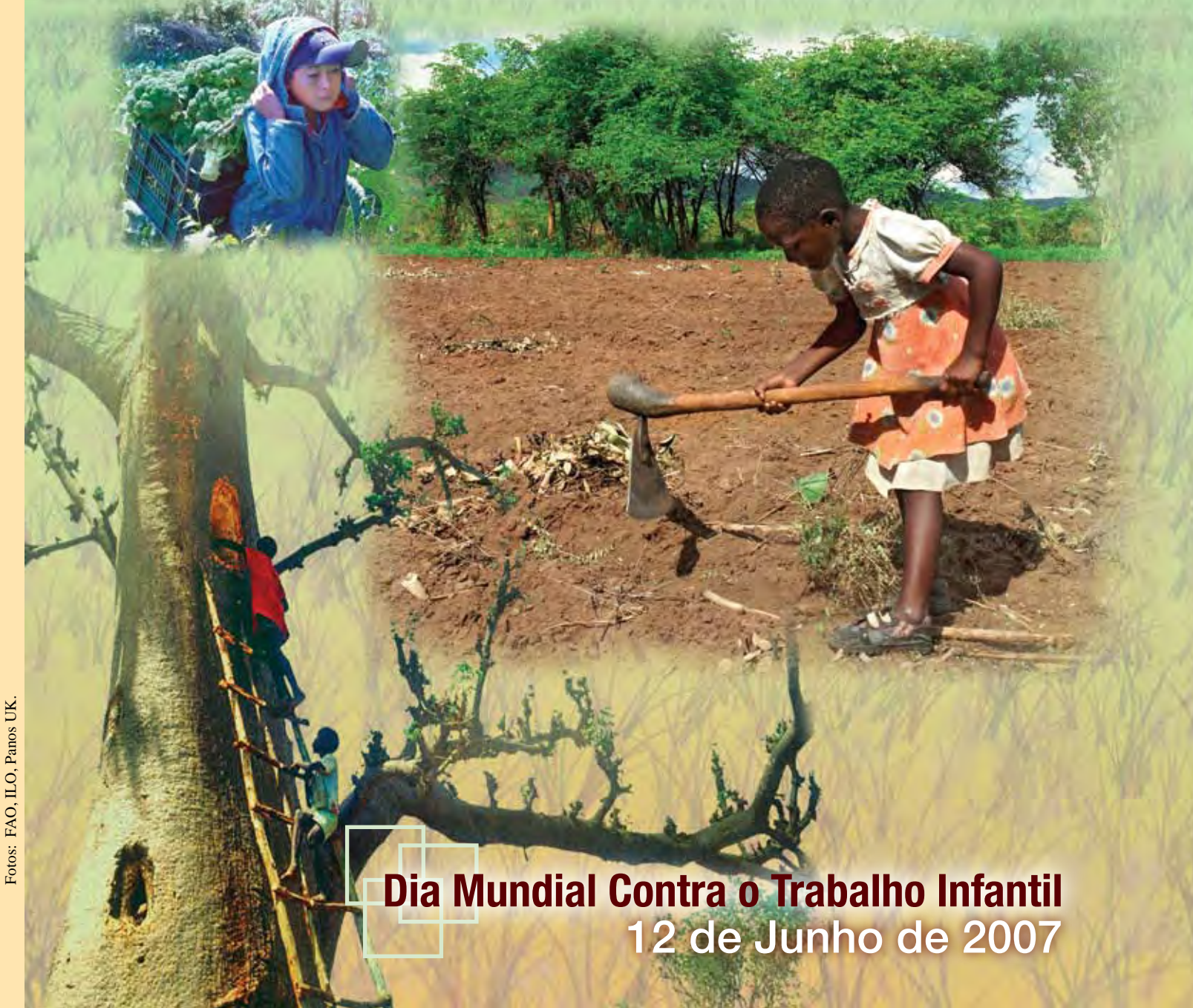
Organização Internacional do Trabalho (OIT)
Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil (IPEC)

4, Route des Morillons – CH 1211 Genebra 22, Suíça

**E-mail: ipec@ilo.org – <http://www.ilo.org/childlabour>
Tel.: +41 (0) 22 799 81 81**

Uma Colheita para o Futuro:

Agricultura sem Trabalho Infantil



Fotos: FAO, ILO, Pianos UK.

Dia Mundial Contra o Trabalho Infantil
12 de Junho de 2007

Dia Mundial Contra o Trabalho Infantil

12 de Junho de 2007

Introdução

O Dia Mundial Contra o Trabalho Infantil (DMCTI), 12 de Junho de 2007, será este ano dedicado à eliminação do trabalho infantil na agricultura e, em especial, nas suas piores formas. Em todo o mundo, a agricultura é o sector onde se encontra a esmagadora maioria de crianças trabalhadoras — cerca de 70%. Mais de 150 milhões de meninas e meninos, menores de 18 anos, trabalham na produção agrícola e pecuária, ajudando a suprir parte do que comemos e bebemos e a fornecer as fibras e outras matérias-primas necessárias à produção de outros bens¹.

Trabalho infantil, de acordo com as convenções da Organização Internacional do Trabalho, é todo aquele trabalho que prejudica o bem-estar das crianças e que compromete a sua educação, desenvolvimento e vida futura. Quando as crianças são forçadas a trabalhar durante longas horas nos campos, a sua disponibilidade para ir à escola ou centros de formação é muito limitada, impedindo-as de, através da educação, serem resgatadas da pobreza no futuro. As meninas estão em particular desvantagem uma vez que, muitas vezes, são ainda responsáveis pelas tarefas domésticas após o seu trabalho no campo.

Deve ser sublinhado que nem todo o trabalho das crianças na agricultura é prejudicial ou se qualifica como trabalho a ser eliminado de acordo com a Convenção No. 138 da OIT sobre a idade mínima e com a Convenção No. 182 da OIT sobre as piores formas de trabalho infantil. As tarefas apropriadas à idade que não representem um risco para a sua saúde e integridade física e que não interfiram com a escolarização e tempo para o lazer não têm aqui lugar. De facto, muitos tipos de experiência laboral podem ser positivos e proporcionar-lhes ferramentas práticas e sociais para a sua vida adulta. Auto-confiança, auto-estima e competências laborais são atributos que podemos encontrar em jovens envolvidos em alguns aspectos do trabalho agrícola.

Um forte e sustentável esforço global está já no terreno, com vista a eliminar o trabalho infantil na agricultura, especialmente focalizado no trabalho infantil perigoso. A cooperação para a eliminação do trabalho infantil peri-

goso na agricultura já está a ser activamente desenvolvida entre a OIT e outras Organizações Internacionais de âmbito Agrícola, em particular, a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), o Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (IFAD), o Instituto de Investigação Internacional de Política Alimentar (IFPRI) do Grupo Consultivo para a Investigação Agrícola Internacional (CGIAR), a Federação Internacional dos Produtores Agrícolas (IFAP - representando proprietários (as)/ empregadores (as) e suas organizações), e a União Internacional das Associações dos (as) trabalhadores (as) na Alimentação, Agricultura, Hotelaria, Restauração, Catering, Tabaco e similares (IUF - representando trabalhadores (as) e suas organizações).

O Dia Mundial Contra o Trabalho Infantil – 12 de Junho de 2007 – representa um marco significativo neste esforço global.

Agências e organizações internacionais de âmbito agrícola podem desempenhar um importante papel na eliminação do trabalho infantil na agricultura e, em especial, do trabalho perigoso. Estas organizações representam uma importante ligação ao nível nacional, dados os seus contactos estreitos com os ministérios ou departamentos de agricultura, serviços de extensão rural, organizações de empregadores (as) e cooperativas agrícolas, organizações de produtores (as) agrícolas, órgãos de investigação/ pesquisa agrícola e outras organizações.



Mensagens-chave

Dia Mundial Contra o Trabalho Infantil
12 de Junho de 2007

As mensagens-chave para o DMCTI 2007 conjuntamente desenvolvidas pela OIT, FAO, IFAD, CGIAR, IFAP, e IUF são:

1. Aplicação da legislação relativa ao trabalho infantil:

Neste âmbito as acções devem incluir:

- Efectiva aplicação da idade mínima legal para o trabalho na agricultura
- Proibição dos trabalhos perigosos na agricultura para meninas e meninos menores de 18 anos e efectiva prevenção da participação de crianças neste tipo de trabalhos
- Protecção das crianças que atingiram a idade mínima para trabalhar, melhorando os níveis de saúde e segurança no sector agrícola

2. Adotar acções que assegurem a não participação de crianças em trabalhos agrícolas perigosos

A agricultura constitui-se como um dos três mais perigosos sectores laborais – juntamente com as minas e a construção – no que diz respeito a morte, ferimentos e doença. Isto é especialmente verdade para as crianças, cuja falta de experiência e formação e cuja constituição física ainda em desenvolvimento as tornam particularmente vulneráveis. Algumas actividades agrícolas – mistura e aplicação de pesticidas, uso de um certo tipo de maquinaria – são tão perigosas que devia ser expressamente proibido o envolvimento de crianças.

Em muitos países em desenvolvimento, agricultores (as) e assalariados (as) constituem os grupos mais pobres na sociedade, sem acesso ao conhecimento dos perigos e riscos envolvidos na sua actividade e das implicações que têm para as crianças trabalhadoras.

3. Promover programas e estratégias rurais focadas na melhoria das condições de subsistência do mundo rural e que introduzam os problemas do trabalho infantil na agenda das políticas agrícolas

O que mais contribui para o trabalho infantil é a pobreza. Pais pobres em países em desenvolvimento enfrentam uma escolha difícil, tendo de pesar as necessidades prementes das suas famílias

no que diz respeito à alimentação, abrigo e vestuário contra um investimento no futuro dos seus filhos e das suas filhas, que pode levar anos até ter retorno.

Uma vez que o trabalho agrícola infantil está enraizado nos processos produtivos para subsistência das áreas rurais e na vulnerabilidade das famílias, devem ser elaborados programas e estratégias de desenvolvimento rural orientados para a melhoria dos processos de subsistência do meio rural, criando actividades alternativas de criação de rendimento e incluindo as questões de saúde e segurança na agricultura. Estas medidas têm um papel crítico a desempenhar na redução do uso de trabalho infantil e do nível de perigos e riscos a ele associados.

Quaisquer soluções sustentáveis para os problemas do trabalho infantil na agricultura exigem que os governos, as organizações internacionais, as agências doadoras e as organizações da sociedade civil dêem prioridade ao desenvolvimento rural e agrícola, possibilitando aos (às) agricultores (as) a definição de preços justos pelos seus produtos. Todas estas entidades devem dar atenção particular, no âmbito das suas políticas de trabalho na agricultura, à eliminação do trabalho infantil perigoso. As preocupações com o trabalho infantil devem ser integradas nas práticas de arrendamento, assentamento e nas condições de empréstimos agrícolas concedidos pelos bancos.

A eliminação do trabalho infantil também pressupõe lidar com temas que afectam os (as) trabalhadores (as) agrícolas adultos (as) uma vez que o trabalho das crianças está ligado à pobreza dos (as) adultos (as). A coerência nas políticas no trabalho infantil deve estar centrada na promoção do trabalho digno/ decente². As estratégias de redução de pobreza ao nível nacional devem apoiar a eliminação de trabalho infantil.

A chave para a redução do trabalho infantil na agricultura é a construção de fortes instituições rurais, que incluam organizações de agricultores (as)

² Em alguns países de língua oficial portuguesa a expressão «decent work» foi traduzida para «trabalho decente». Noutros, a mesma expressão foi traduzida para «trabalho digno»

Dia Mundial Contra o Trabalho Infantil
12 de Junho de 2007

Mensagens-chave



empregadores (as) e sindicatos que negociem colectivamente, para melhoria do rendimento e salários dos (as) adultos (as) e dos padrões de trabalho. Sem instituições fortes não surgirá a mudança.

4. Ultrapassar o hiato educacional entre o meio urbano e o meio rural e o hiato educacional em função do género

O trabalho infantil faz parte, em muitas áreas rurais, da estratégia de sobrevivência. Na maior parte dos casos os pais prefeririam enviar suas filhas e seus filhos para a escola, mas dois terços da população mundial mais pobre vive em áreas rurais, sendo muitos pais demasiadamente pobres para fazer face aos custos com a educação. Mesmo quando a escola é gratuita, os custos com livros e outros materiais escolares, com vestuário ou uniforme, com calçado e com transporte podem ser um pesado fardo económico. Em muitas culturas, as meninas são ainda mais desencorajadas uma vez que, perante recursos escassos, é privilegiada a educação dos meninos.

Os pais valorizam a educação. Vêem-na como um avanço social no futuro. Querem que as suas crianças aprendam a ler e a escrever. Quando se eliminam as propinas³ escolares, verifica-se um tremendo aumento na procura de educação. É por isso importante que os governos façam um esforço para prover educação gratuita, ou a um custo suportável pelos pais, e para encorajar as crianças a frequentar a escola.

A escassez de escolas em áreas rurais é um desincentivo adicional à retirada de crianças do trabalho e à sua inserção na escola. Antes de avançar na retirada de crianças do trabalho é necessário assegurar que elas tenham para onde ir. Se uma diminuição no trabalho infantil levar a uma maior pobreza das já pobres famílias ou se não corresponder a uma escolarização de qualidade, as crianças poderão ficar em uma situação ainda pior.

³ Em alguns países de língua oficial portuguesa utiliza-se a palavra propina para designar a quantia que se paga ao Estado para se poderem realizar certos actos escolares. Noutros, como é o caso do Brasil, utiliza-se a palavra matrícula.

¹ Estes números não incluem o trabalho infantil na pesca e nas florestas.